



Recorde mundial de presos

O número de presos nos EUA atingiu em 2006, segundo o Departamento da Justiça, a cifra de 2.385.213, a que acrescem 5.035.225 pessoas sob controle judicial. O total (mais de 7,4 milhões) representa 3,2% da população adulta, recorde mundial absoluto. Desde o 11 de Setembro de 2001 e da adopção da lei Patriot Act verificou-se um aumento médio da população prisional de 2% ao ano. Estes números não incluem os presos estrangeiros detidos pelos EUA fora do seu território (Guantánamo, Bagram e prisões secretas da CIA). À título de comparação, a China, com mais de mil milhões de adultos, tem um milhão e meio de presos. (Voltairenet e US Department of Justice)

Mais 40 mil desempregados num ano

Página 6

Israel pretende a ocupação permanente dos territórios palestinos

Página 13

2008: não vão faltar razões para lutar

Página 16



Tanta gente sem casa tanta casa sem gente

O artigo 65 da constituição portuguesa, que afirma o direito de todos a terem uma habitação condigna, é letra morta.

A crise da habitação arrasta-se há gerações sem solução. 200 mil fogos em falta, 190 mil degradados e 500 mil superlotados definem o quadro actual. Em 2001, quase um milhão de casas não tinham água canalizada, esgotos, electricidade, instalações sanitárias.

Aos milhares de famílias portuguesas sem casa, juntam-se os imigrantes, obrigados a viver em garagens, nos locais de trabalho ou em bairros de lata.

A luta por habitação condigna é de todos os trabalhadores. A actividade das associações de moradores desfavorecidos multiplica-se por todo o mundo.

páginas centrais

Balanço repressivo do ano de 2007

Entre um coro inflamado da direita reclamando mais polícia, o Governo anunciou a contratação em 2008 de mais 2300 efectivos para a PSP e GNR, a juntar aos 48 mil já existentes. Toda esta maquinaria é, porém, empregue na repressão de manifestações das populações. Na história da democracia entrou também o dispositivo intimidatório e de controlo na Função Pública, com a criação de uma base de dados de trabalhadores grevistas.

página 5



Irmãos Metralha

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) detectou “indícios seguros de ilícitos criminais” na gestão do Banco Comercial Português (BCP). Em 2000-2001, houve financiamentos ilícitos para compra de acções próprias por testas-de-ferro nos aumentos de capital movimentados em dezassete empresas subsidiárias «off-shore» e deste modo o banco se autofinanciava. Uma “pescadinha de rabo na boca”. Ter-se-ão movimentado 700 milhões de euros com prejuízos de 200 milhões? Há ainda os perdões financeiros a este e aquele. Os irmãos Metralha e o tio Patinhas, mancomunados, dificilmente fariam melhor, de tal modo que os Reguladores responsáveis não deram por nada !...

Nos anos 2000-2001, Vítor Constâncio já era Governador do Banco de Portugal e Teixeira dos Santos, actual ministro das Finanças, era presidente da CMVM, que só abandonou em 2005. Em 2004, confrontados com alertas perante certas operações duvidosas, estes reguladores arquivaram o processo. O senhor Vítor Constâncio parece ter acordado agora. O senhor Teixeira dos Santos, nem tanto. Estes senhores não assumem as suas responsabilidades e muito menos se demitem, nem ninguém os demite.

José Raimundo Correia de Almeida (Santo António dos Cavaleiros)

Belmiro

É assombroso que o sr Belmiro de Azevedo queira mudar ou rever a constituição portuguesa, com o único fim de sacar mais lucro aos portugueses. Parece-lhe pouco ser o homem mais rico de Portugal. Há outras coisas em que não concordo com ele. Uma vez disse que “inculca a lei” nos seus trabalhadores, e que não gosta de “abusos de poder” nem de “injustiças”.

Mas eu sou um exemplo das suas injustiças. Vendeu a fábrica em que eu trabalhava há mais de 30 anos e ordenou o meu despedimento. Cobrou 120 mil euros à firma compradora pelo meu despedimento. Mas enviou uma pessoa ter comigo para que eu assinasse o meu despedimento e renunciasse aos 120 mil euros. Para isso ameaçaram-me a enganaram-me com embustes e mentiras. Recorri à justiça e não consegui nada porque tinha assinado “voluntariamente”. Recorri ao sr Belmiro e



ele riu-se de mim. Por isso considero que ele tem um coração de gelo e que o seu afã por dinheiro não tem limites.

Miguel Martinez Devesa (Valência, Espanha)

Fónix

Envolta numa publicidade escandalosamente cara nasceu a quarta operadora de telemóveis: chama-se “Phone-ix” é mais uma tentativa dos CTT para criar um novo nicho de mercado depois do fracassado Banco Postal que morreu antes de nascer. Ora acontece que a administração dos CTT está a braços com um dos maiores roubos de que há memória organizado no seu seio. Estima-se em mais de meio milhão de euros o roubo através de “gangs” que actuam no seu interior e em todo o país. As vítimas são reformados, desempregados, doentes com baixa e outros. O método é o roubo de milhares de vales e o posterior recebimento com documentos falsos. Senhores administradores: paguem urgentemente o dinheiro aos utentes agora chamados clientes, e depois dediquem-se ao Phone-ix, porque os “clientes” já perderam a confiança nos correios...Fónix.

Fernando Barão (Amadora)



Opiniões favoráveis

Tenho discutido o conteúdo e os objectivos do jornal e tenho tido pareceres favoráveis sobre ele. Estou a reunir o maior número de interessados para assinarem o jornal. Estou interessado em distribuir alguns exemplares do MV.

Marco Gomes (Cabeceiras de Basto)

Colaboração

Teria todo o gosto em colaborar com o Mudar de Vida através da publicação de alguns artigos de reflexão sobre o estado actual desta falsa democracia, que cada vez mais nos é imposta e à qual gosto de apelar como a ditadura da maioria. Desde as escutas telefónicas à submissão das forças policiais ao poder executivo e económico, que começam a atingir níveis insuportáveis de controlo de tudo o que fazemos e até do que comemos com a recém nascida “asae”. Basta! Qualquer dia nem relações sexuais podemos ter pelo perigo de contaminação em que caímos. Já me imagino a ser enviado para uma ilha onde estão “os selvagens”... (...) Apesar de não ter, nem querer, qualquer filiação política, partilhamos da mesma vontade – lutar, sempre, contra o abuso de poder que o sistema instalado tem tendência a cultivar.

Gostava de saber se posso contribuir de alguma forma. Há liberdade de escolha da temática abordada ou são vocês que lançam o assunto sobre o qual trabalhamos? Há alguma periodicidade para a participação? Fico a aguardar uma resposta para podermos discutir a minha colaboração mais pormenorizadamente.

Hugo Soares Silva (Porto)

“Fraquinho”

Vai iniciar-se um novo ano. Espero que seja o ano do Jornal Mudar de Vida MUDAR mesmo DE VIDA.

Continuo a achar que o jornal vem fraquinho. Tem poucas páginas, para jornal mensal A4. Metade do jornal “Fraternizar”, por exemplo, que tem 32 pgs e custa no mínimo 10 euros/ano. Os conteúdos são os previsíveis. E os comentários são murchos. Não nos aquecem politicamente. Não nos empolgam. Não nos levantam nem mobilizam. Isto que escrevo é também o que oiço, quando apareço junto das companheiras, dos companheiros com uma nova edição. E recebem-no sem calor, como por dever de ser solidário... Ponham-se autocríticamente no lugar das pessoas e vejam como receberiam cada edição...

Mário de Oliveira (Macieira da Lixa)

Votos de bom ano

(...) Apesar de tudo, algumas pessoas continuaram insistindo em não se deixar levar pelas correntes da barbárie e da cultura de morte que viceja em nossos dias: elas são o meu ponto de referência, mesmo que utopicamente. Não possuem nomes de grande sonoridade ou que despertem encantamentos do mundo mágico (...). São parte daquela vastidão anónima que tornam o mundo mais aceitável. (...) Aos que permaneceram, ano após ano, praticamente intactos, vão as minhas congratulações. Viver tornou-se um acto de guerra. Os que alimentam e vicejam a esperança tornam materializável a frase de André Gide: «O mundo será salvo por poucos». Que em 2008 sejamos mais e sejamos melhores.

Ronan G. Gonçalves (Brasil)

MUDAR DE VIDA

Redacção Cristina Meneses, José Mário Branco, Manuel Raposo, M. Gouveia, Pedro Goulart **Colaboradores** Cândido Guedes, Carlos Simões, Eugénio Silva, João Bernardo, Rita Moura, Manuel Monteiro, Renato Teixeira, Rui Pereira, Urbano de Campos, Vladimiro Guinot **Cartune** Manuel da Palma **Site** David Raposo

Apartado 75066 EC Calçada de Carriche 1750-999 Lisboa
jornalmudardevida@gmail.com www.jornalmudardevida.net

Assinaturas: 1 ano (12 números): Donativo mínimo 15 € / Apoio, o mais possível

3 números, 3 perguntas e 6 respostas

Através de um questionário enviado por «e-mail» a assinantes do MV procurámos avaliar a receptividade que o jornal tem merecido. Colocámos 3 questões, pedindo que as respostas fossem sucintas.

1. «Mudar de Vida» é um jornal político popular. Em termos gerais, qual é sua apreciação sobre o jornal?
2. «Mudar de Vida» é também editado na internet. Consulta o site? Redige comentários?
3. Qual é a receptividade que o jornal tem entre os seus amigos e conhecidos?

Equilíbrio entre secções

- 1 Foi além das minhas expectativas (também é verdade que sou pessimista, ou antes: realista). O equilíbrio entre as secções parece-me bom.
 - 2 Consulto diariamente o site. Tecnicamente, é muito fácil de consultar. A crítica que faço ao site diz respeito à divisão de tópicos, existindo demasiadas sobreposições entre eles. Nunca redigi comentários.
 - 3 Tenho procurado divulgar o jornal e estimulado a colaboração de outras pessoas, mas sem discussões pessoais, porque estamos dispersos por diferentes cidades e só comunicamos através de correio electrónico.
- João Bernardo**

Secções em falta

1 Para mim o aparecimento do jornal foi uma agradável surpresa, penso que a redacção é clara, estando a faltar secções sobre a luta nos campos, sobre o movimento associativo, em geral, em particular sobre o ambiental. Acho que tem faltado a apresentação de alternativas ao que é feito em termos sindicais (sindicatos burocratizados). Seria interessante a abertura do jornal a diferentes correntes de esquerda não parlamentar, nomeadamente a colectivos anticapitalistas.



- 2 Consulto o site várias vezes por semana, pelo que acho importante a sua permanente actualização. Nunca redigi qualquer comentário.
 - 3 Apenas tenho dado a conhecer a mais uma pessoa.
- Teófilo S. Braga**

Entrevistas são importantes

- 1 Positiva. A redacção é clara, as notícias são bem escolhidas, o espaço é muito bem aproveitado (muitas notícias, variadas e não muito extensas), os textos estão bem escritos, e considero importante a realização de entrevistas. As secções cobrem todos os assuntos relevantes e são equilibradas. O que tem faltado? A resposta não cabe em duas linhas. Diria, apenas, que o jornal faz uma crítica (certeira) à actual sociedade e à situação política internacional, mas não apresenta alternativas políticas, que é o que falta actualmente. Também acho que há uma excessiva prudência em criticar o PCP e outras forças ditas de esquerda.
- 2 Consulto o site praticamente todos os dias, para ver se há novidades. É fácil de consultar e está bem feito. Considero uma boa ideia disponibilizar o jornal na Internet. Ainda não redigi comentários.
- 3 Confesso que tenho divulgado pouco o jornal, mas já o dei a conhecer a amigos (a versão electrónica).

José M. Lopes Cordeiro

Muitas lutas sem cobertura

1 Antes de mais, é preciso sublinhar que o MV vem preencher uma importante lacuna no panorama informativo, sobretudo em que, em todos os jornais, é sensível um acentuado deslize à direita. Na minha opinião a redacção é clara e a abordagem correcta, embora a cobertura do país ainda não seja abrangente. Assim, ainda ficam sem

cobertura muitas lutas que decorrem pelos quatro cantos do país, sejam pelas condições salariais, atropelos ambientais, etc... Aproveito a ocasião para vos oferecer os meus préstimos como colaborador na zona de Évora, cidade onde resido. Tenho 32 anos de experiência como jornalista, os últimos 12 dos quais ao serviço do «Público», que abandonei há dois anos dada a reviravolta à direita que esse diário sofreu. Contem comigo. Terei muito gosto em colaborar activamente no projecto.

2 Já consultei o site na Internet e não encontrei dificuldades, embora não o faça com regularidade.

3 Encontrei bastante receptividade para o jornal entre os meus amigos. No entanto, embora seja reconhecida a necessidade de um órgão de luta, muita gente mantém ainda a atitude derrotista e fatalista que tem caracterizado muita gente descontente, sobretudo “antigos combatentes” da esquerda revolucionária. Mais uma razão para seguir em frente. Existem também aspectos organizativos que seria necessário resolver. Por exemplo, recomendei o jornal a amigos, mas não soube dizer-lhes como podiam tratar da assinatura.

José Pinto de Sá

Pouco conhecido

1. Bom.
2. Não.
3. Pouco conhecido.

Jorge Humberto Fagundes

Análises sobre Portugal

- 1 Corresponde às minhas expectativas e é claro. Faltam análises mais profundas sobre Portugal.
- 2 O site é fácil de consultar e visito-o 2 a 3 vezes por semana.
- 3 Já divulguei por todos os meus contactos electrónicos, apelando a serem assinantes.

Tito Baião

EDITORIAL

A tentação ditatorial

A decisão, congeminação por PS e PSD, de eliminar os pequenos partidos é mais um corte nos direitos democráticos estabelecidos há 33 anos. Tanto basta para qualquer força de esquerda se lhe opor. Mas, para além disso, importa ver como a medida evidencia o esvaziamento da democracia representativa. Provou-se, bem cedo, que o voto apenas confere ao povo – reduzido à condição periódica de eleitor – a capacidade de escolher os representantes das classes dominantes que hão-de espezinhar os direitos da maioria. A distância entre as promessas eleitorais e as políticas praticadas nestas três décadas aí está para o demonstrar. Ao mesmo tempo, cá e lá fora, o poder pertence a um bloco cada vez mais limitado de forças políticas, a ponto de se considerar como exemplos de “estabilidade democrática” os regimes assentes em dois partidos, essencialmente iguais, que se sucedem. Percebe-se porquê: se o poder económico é detido por um número pequeno de forças capitalistas, o poder político é, também ele, sujeito a uma concentração equivalente. Adeus “pluralismo”, portanto.

Tudo isto é sinal do esgotamento do sistema político-social. A tentação ditatorial do regime ganha peso pela própria dinâmica do capital. A alternativa não está, evidentemente, num fascismo renovado. Mas também não está na ilusão de um “aprofundamento” da democracia burguesa, tornado utópico pela evolução do mundo capitalista. Os apelos a uma maior participação nas instituições do regime nem invertem a decadência da democracia nem fazem nascer uma política que expresse os interesses das classes trabalhadoras. A falência da democracia capitalista aponta a necessidade de um passo em frente, na direcção de um poder realmente exercido pela maioria. Aí sim, teremos democracia.

Onde não há justiça social floresce a caridade

O crescente empobrecimento de grande parte da população portuguesa é um facto comprovado com números. Portugal é o país da Europa comunitária onde as desigualdades sociais mais aumentaram nos últimos dez anos. Pobres não são apenas os que estão no desemprego ou na reforma. São também os que, tendo emprego, ganham salários de miséria e não conseguem suportar as despesas mais básicas.

O retrato mais fiel desta situação é a intensa actividade das organizações que tentam minorar as consequências do flagelo: Banco Alimentar, Cáritas e outras instituições ligadas às diversas confissões religiosas, ONG, organismos ligados à Segurança Social e às Autarquias, até grupos

O caminho dos pobres não é andar de mão estendida para matar a fome

espontâneos de cidadãos. As boas intenções de muitos destes activistas, no entanto, passam ao lado do que mais importa - pôr a nu as causas da pobreza e responder à questão: pode o capitalismo, gerador desta miséria, resolver o problema a contento das vítimas? O capitalismo utiliza os trabalhadores segundo os seus interesses e quando estes não lhe fazem falta lança-os para a miséria. Porém, a miséria pode ser explosiva, e como a justiça social dos mentores do capitalismo é apenas retórica, o meio

de anular ou atenuar as revoltas que clamam por justiça social é a caridade - ou, bem à portuguesa, a caridadezinha.

O caminho dos pobres não é esperar, de mão estendida, que quaisquer beneméritos lhes matem a fome com sobras. O caminho dos pobres é reclamar tudo aquilo de que precisam. Por que é que os direitos de propriedade (dos comerciantes, dos industriais, dos senhores, dos patrões) se hão-de sobrepor ao direito de não passar fome, de não morrer de doença, de não dormir na rua ou em barracas, de não definhar no desemprego? Porque é que roubar para comer, ou ocupar casas vagas para morar é crime - e explorar o trabalho e despedir não é? A justiça social que as classes trabalhadoras reclamam não faz parte da lei porque a lei consagra o interesse de classe da burguesia dominante, à cabeça do qual está o intocável direito de propriedade privada. Os trabalhadores devem saber que o desemprego e as reformas de miséria são consequência do sistema capitalista. Que aceitar a caridade é abdicar da justiça social e que só a luta por um mundo em que não haja exploradores nem explorados pode resolver este drama e acabar de vez com o escândalo duma sociedade em que a perspectiva dos pobres é serem cada vez mais pobres diante de ricos que se tornam cada vez mais ricos.

Manuel Monteiro



As seguranças privadas em Portugal

Contrariamente a outros países, em Portugal o número de seguranças e vigilantes privados ainda não ultrapassou o das forças repressivas do Estado. Mas, dada a tendência para aumentar, será apenas uma questão de tempo.

O relatório de 2006 da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna - que tutela o licenciamento das firmas de segurança e a aprovação dos seus agentes - diz que há, em Portugal, 110 empresas privadas de segurança, com um total de 36.998 vigilantes, além dos serviços de segurança internos de 56 outras empresas.

As polícias do Estado (sem contar os serviços secretos, o SEF, a ASAE, etc.) contam actualmente cerca de 50 mil agentes - 21.230 na PSP, 25.985 na GNR e 2.731 na PJ (em 2005). As forças armadas contam cerca de 40 mil efectivos (mais de metade no exército).

Portanto, no total, há no nosso país cerca de 130 mil profissionais da vigilância e da repressão - um para

cada 77 portugueses.

Segundo o MAI, "a actividade de segurança privada, complementar e subsidiária face às competências desempenhadas pelas forças e serviços de segurança, assume particular relevo quer na protecção de pessoas e bens quer na prevenção da prática de actos ilícitos".

No entanto, na sequência dos assassinatos recentes ocorridos no Porto e em Lisboa, ficou a saber-se que há agentes da polícia a exercer ilegalmente funções de seguranças privados; que um número não determinado de agentes de segurança não estão credenciados; que muitos dos que exercem tais funções têm cadastro criminal; e que, como se tornou evidente com os assassinatos referidos, muitos deles estão organizados em redes criminosas que se digladiam pelo controlo dos negócios da noite sem que se saiba ao certo as ramificações de tais redes.

José Mário Branco

BREVES

Tanta pobreza

Segundo a Lusa e a Agência Ecclesia, uma delegação do Bloco de Esquerda avistou-se, a 4 de Dezembro, com o bispo do Porto para lhe transmitir a sua "apreensão face à pobreza no distrito". A notícia está no facto de o dirigente nacional do BE, João Teixeira Lopes, ter dado especial destaque à declaração do bispo de que aquela preocupação é "uma frente comum".

O democrata

Interpelado no final da cerimónia de assinatura do Tratado Europeu, sobre a forma como o documento deve ser ratificado - no parlamento ou em referendo - Mário Soares afirmou à RTP que "o referendo é dispensável" e acrescentou mesmo que "querer o referendo é bombardear o tratado". Este medo de que o referendo seja uma "bomba" apenas confirma que o acordo cozinhado entre as cúpulas europeias não merece a confiança dos povos.

Sem água

Segundo dados do INE, mais de 5 mil moradores de Lisboa não dispõem de água canalizada e cerca de 22 mil não têm acesso a rede de esgotos. Isto verifica-se em vários bairros, nomeadamente nas freguesias de Alcântara, Campolide e Beato. Muitos moradores não têm como pagar renda de casa e, quando o fazem, dificilmente suportam custos de água canalizada.

Grémio Lisbonense

A segunda mais antiga colectividade do país, fundada em 1842, situada na baixa de Lisboa, está ameaçada por interesses privados - diz-se que os Pestana querem lá instalar um hotel "de charme". Agora recebeu a última ordem de despejo. Não valeram de nada os apelos à Câmara Municipal, às forças políticas parlamentares ou ao Ministério da Cultura, mais sensíveis aos negócios privados do que à vida associativa.

BREVES

Tudo bem

Vinte e três pessoas (uma com 15 anos) vieram dar à costa portuguesa depois de quatro dias à deriva, num pequeno barco, à fome e ao frio. Sobre a tragédia destes seres humanos que arriscaram a vida e falharam a tentativa de fugir da miséria e arranjar trabalho, a Governadora Civil de Faro, depois de os ter mandado deter e repatriar, comentou: “correu tudo muitíssimo bem” e “toda a situação está ultrapassada”. De quem, de que é que ela está a falar?

Democracia de qualidade

Luís Filipe Meneses, que desistiu da ameaça de ir para as portas das fábricas apoiar os trabalhadores em luta, aplica-se em reivindicar a sua quota-parte nos tachos do bloco central. Transitando Santos Ferreira e Armando Vara (próximos do PS) da CGD para o BCP, cuja administração está a braços com um escândalo de corrupção, Meneses exige que Miguel Cadilhe (ou alguém do PSD) ocupe o lugar deixado vago na CGD, argumentando tratar-se de uma questão de “qualidade da democracia portuguesa”.

Revelações de um líder

Garantindo que faria melhor que Sócrates, Luís Filipe Meneses disse, numa entrevista ao Expresso, ser capaz, em “meia dúzia de meses”, de “desmantelar de vez o enorme peso do Estado”, revelando o real sentido da “reforma” que atinge os serviços sociais e o emprego dos funcionários públicos. Dias depois, quando, à boca cheia, reclamou para o PSD a administração da CGD, mostrou como se processa na esfera do poder a atribuição de altos cargos. Na ânsia de ganhar protagonismo e de dar lugares aos apoiantes, Meneses desboca-se. Continue – fica tudo mais claro.

Portugal 2007

Balanço repressivo do ano

Um dos indicadores mais reveladores e (talvez por isso) menos revelados do Portugal 2007 é o saldo repressivo de um tempo que se mostrou fértil em ocorrências. Por entre um coro inflamado da direita reclamando maior policialização, o Governo anunciou a contratação em 2008 de mais 2300 efectivos para a PSP e GNR, a juntar aos 48 mil já existentes.

Enquadrado por uma histeria mediática constante, toda esta maquinaria é, porém, empregue na (por vezes ridícula) repressão de manifestações das populações. O Ministério da Educação exarrou ofícios a exigir às escolas que desmobilizem protestos estudantis, o que vários Conselhos Directivos fazem, interditando a afixação de cartazes e faixas de estudantes dentro e nas imediações das escolas.

Na história da democracia entrou também o dispositivo intimidatório e de controlo na Função Pública, com a criação de uma base de dados de trabalhadores grevistas. A minuciosa mesquinhez do dispositivo repressivo e da sua mobilização chegou até aos



responsáveis político-administrativos e até ministeriais, na Educação e na Saúde.

Por outro lado, depois da alteração da lei eleitoral autárquica, com a absolutização do poder do presidente da Câmara, anuncia-se a revisão pelo PS e PSD da lei eleitoral para a Assembleia da República. A oposição das demais forças parlamentares não chegará para obstar ao projecto totalitário de um poder único, de dupla face

alternante, dos partidos promotores do projecto.

Ao mesmo tempo, cumprindo-se a Lei dos Partidos de 2003, aprovada por PS e PSD com a complacência de toda a oposição, prepara-se a ilegalização de todos os partidos não-parlamentares. Como dizia uma secretária de Estado de Sócrates, em Portugal pode-se “dizer mal do Governo”, sim, mas “em casa ou no café”.

Rui Pereira

Movimento Estudantil

Porto – dispositivo da PSP e CI controla manifestação de 500 adolescentes, estudantes do Ensino Secundário. Valongo – agentes da PSP confiscam materiais de propaganda aos alunos. Gaia – Jovens manifestantes do secundário são identificados pela PSP

Movimento Sindical

Freeport (impedimento policial de distribuição de um jornal sindical), em Guimarães (CTT, Agosto), Tancos (Escola Prática), Beja (Sindicato dos Metalúrgicos), Cacia (CT da Renault), Montemor-o-Velho (dirigente sindical processado – houve 50 desde 2002, só no distrito de Lisboa), além de dois dirigentes comunistas também processados criminalmente por entregarem um abaixo-assinado, junto à residência oficial do Primeiro-Ministro (cf. jornal Avante, 13-10-2007). Intervenções contra trabalhadores em greve na Valorsul, Grundig, Agere e Moveaveiro. Covilhã (PSP visita Sindicato dos Professores, na véspera de manifestação. A governadora civil classifica o procedimento como “habitual e rotineiro”— cf. Agência Lusa (9-10-2007).

Associativismo militar

Dirigentes associativos dos militares processados, penas de detenção superiores a 100 dias.

Movimento Ambiental

Dois soldados da GNR controlam a “invasão” de uma colheita algarvia de milho transgénico, por activistas ambientais. Cavaco não hesitou: “Não podem restar quaisquer dúvidas de que a lei em Portugal é para ser cumprida e quem tem o poder para a fazer cumprir não pode deixar de utilizá-lo” (DN, 21-08-07).

“Delitos” de opinião

Vieira do Minho – exonerada pelo ministro, a directora do centro de saúde local, por não ter removido do «placard» uma fotocópia “atentatória” ali afixada. Porto – por ter “insultado o sr. Primeiro Ministro de Portugal”, conforme a nota de culpa, foi processado e transferido da Direcção do Ensino do Norte o professor afecto ao PSD, Fernando Charrua, que terá contado, em privado, uma anedota sobre a anedótica licenciatura de Sócrates.

RP

Mais 40 mil desempregados num ano

Em apenas um ano, entre 2006 e 2007, o desemprego atingiu mais 40 mil pessoas em Portugal. E nos dados actualizados do PEC (Programa de Estabilidade e Crescimento) agora enviados a Bruxelas, o governo prevê, ainda, até 2010, um acréscimo deste desemprego de cerca de 9% em relação à taxa por ele próprio projectada no ano passado.

Nestes dados do PEC é também de salientar o aumento verificado na precariedade de emprego, pois num ano diminuiu em 60 mil o número de trabalhadores com contrato sem termo e aumentou em 28 mil o número de trabalhadores com contrato a termo.

Já em Abril, no número zero do «Mudar de Vida», considerávamos existir em Portugal uma taxa real de desemprego acima dos 10%, isto é, cerca de 560 mil pessoas desempregadas, incluindo aqui não apenas os habitualmente considerados desempregados (os sem emprego em sentido estrito), mas também os inactivos disponíveis, os desencorajados de procurar primeiro emprego e os que trabalham menos de 15h semanais, excluídos dos números oficiais do desemprego. E os dados agora actualizados agravam ainda mais a situação.

Apesar das constantes manipulações do governo e dos seus moços de recados, os números do desemprego e da precariedade aí

Só com grande unidade e combatividade as classes trabalhadoras poderão fazer barreira ao desemprego

estão e as consequências também. Não só a fome e a miséria que alastram nas casas de centenas de milhares de portugueses, mas também a humilhação e a vergonha de muitos que encaram o desemprego como se fosse culpa sua (e não do sistema que os declara inúteis), tanta é a insistência dos patrões e dos «media» na ideia de que muitos estão desempregados porque não querem trabalhar.

Com a continuação da elevada taxa de desemprego de longa duração, com as previsíveis novas deslocalizações de empresas e reestruturação de outras, com os excedentários da função pública a crescer em 2008, com os despedimentos colectivos na calha e com o novo Código do Trabalho de Vieira da Silva/Bagão Félix é bastante negra a perspectiva de



emprego em Portugal nos próximos tempos.

Só uma grande unidade e uma enorme combatividade das classes trabalhadoras poderão impor uma barreira ao agravamento da situação de desemprego, precariedade económica e exclusão social em que se encontram centenas de milhares de famílias. E como os donos do capital não querem nem podem resolver o problema do desemprego (como, aliás, não podem evitar as sucessivas crises do seu sistema de produção e apropriação de bens), também aqui a unidade e a combatividade dos trabalhadores são condições essenciais à necessária erradicação do capitalismo, o único responsável dos males que atormentam as classes trabalhadoras e os povos.

Pedro Goulart

BREVES

Golfe pró povo

O Governo anunciou um investimento de 3 milhões de euros para criar o primeiro espaço público para a prática de golfe, em terrenos do complexo desportivo do Jamor, tendo o ministro da Economia referido a “importância do golfe para o turismo”. Como se trata de um desporto caríssimo, não acessível à maioria da população, tudo indica estarmos perante uma situação semelhante à que ocorreu em Lisboa, no consulado de Abecasis, em que foi criado, por desanexação de terrenos camarários do parque Eduardo VII, um recinto para a prática do ténis para os clientes dos luxuosos hotéis vizinhos.

Duplo roubo

Segundo o ministro Mário Lino, os transportes vão sofrer um agravamento de preço de 3,8% no princípio de 2008. E podem ainda ter um aumento intercalar durante o ano que se vai iniciar. Tal como para vários outros aumentos de bens essenciais, já anunciados ou a anunciar, a subida dos preços situa-se *acima da inflação real*. Mas, ao contrário, os aumentos salariais ficam *abaixo da inflação prevista*; e, a haver actualização, será sempre no ano seguinte e não a meio do ano. O roubo é duplo. O capital não perde poder de compra.

Obra de Deus

Na ante-véspera de Natal, o patriarca de Lisboa abençoou 60 grávidas sublinhando a “importância da maternidade” como “obra de Deus”. A acreditar nesta versão moderna do Espírito Santo, Deus comporta-se como pai incógnito que, depois da “obra” feita, não se preocupa com a sorte dos filhos pela vida fora. Fome, subnutrição, doença, insucesso escolar, droga, delinquência, desemprego... eis o que está guardado à nascença para, pelo menos, dois milhões de portugueses que perfazem a nossa quota de pobres - sem que a água benta de Sua Eminência lhes possa valer.

As ordens profissionais e a malta a recibo verde

Da troca de insultos entre o ex-bastónario da Ordem dos Advogados, J. M. Júdice, e os que lhe sucederam, o argumento mais interessante foi o que Júdice lançou contra o bastónario recém eleito. Disse ele que Marinho Pinto é um “sindicalista”, com isso significando que não é homem para o lugar.

O argumento não é parvo de todo, mesmo se não for ajustado à figura e aos propósitos de Marinho Pinto. As ordens profissionais (advogados, arquitectos, engenheiros, médicos...) debatem-se hoje com um problema que não existia em tão grandes proporções, por exemplo, há dez anos atrás. Presentemente, as ordens dão guarida a milhares de membros que não são profissionais liberais, mais sim assalariados (professores, funcionários públicos, empregados de grandes e médias firmas). Os interesses desses assala-

riados, que alimentam as máquinas das ordens com quotas por vezes vultuosas, não são de modo nenhum defendidos pelas estruturas dessas mesmas ordens, feitas à medida dos interesses dos profissionais liberais.

Sem grande esperança de virem a trabalhar exclusivamente por conta própria, porque o mercado das profissões liberais é, também ele, cada vez mais dominado pelos grandes grupos (empresas, escritórios, ateliês, clínicas...), o problema maior desses assalariados é, consoante os casos, o Estado ou os patrões que os mantêm, na maior parte das vezes, com contratos a prazo - ou mesmo sem contrato nenhum - e com salários baixos. O risco que, aristocraticamente, Júdice vê é o de os interesses corporativos dos barões da advocacia serem atrapalhados pelas exigências da malta a recibo verde.

Urbano de Campos

BREVES

Greve na Refer

Os trabalhadores da Rede Ferroviária fizeram uma greve parcial de duas horas por turno entre 10 e 14 de Dezembro. Os trabalhadores da Refer reclamam instalações sociais, uma vez que têm sido obrigados pela empresa a mudar de local de trabalho, por vezes para centenas de quilómetros afastados da residência. A administração tem forçado os trabalhadores a aceitarem as deslocações sob a ameaça de perderem o emprego, e mesmo assim não garante todos os postos de trabalho.

PT despede 600

O presidente da PT, Henrique Granadeiro, com o ar mais lamentoso que conseguiu mostrar, informou que em 2008 terão de ser despedidos 600 trabalhadores da empresa. O ministro das Obras Públicas, apanhado de surpresa, tentou desdramatizar o caso. Mas, apertado pelos jornalistas com as declarações peremptórias de Granadeiro, acabou por reconhecer que não tinha sido avisado e que iria ter uma conversa para esclarecer o assunto. Esperemos então que o senhor ministro seja esclarecido e prestemos atenção ao que vai fazer a seguir.

Anjal encerrada

Após terem suportado três meses de salários em atraso, 50 trabalhadoras da Anjal, fábrica de confecções de Mangualde, fizeram, a 14 de Dezembro, um pré-aviso de greve a levar a cabo uma semana depois. Ao chegarem ao trabalho na manhã seguinte, encontraram a GNR e um aviso colado na porta declarando a fábrica encerrada.

CTTExpresso

O trabalhadores da empresa de correio urgente dos CTT marcaram greve para 21 e 24 de Dezembro, face à recusa da empresa em negociar um projecto de carreiras. A greve foi desconvocada para negociações por proposta da empresa.

Greve desconvocada**Administração da UNICER obrigada a recuar em despedimento colectivo**

Administração da UNICER recuou na sua intenção de despedimento colectivo de 18 trabalhadores, perante a ameaça de uma greve na empresa marcada para 19 de Dezembro. Os trabalhadores previam ainda manifestar-se em Lisboa, defronte da embaixada da Dinamarca, de onde provém a Carlsberg, um dos accionistas maioritários da cervejeira. "A administração recuou e vai distribuir esses trabalhadores por outros sectores da empresa", disse ao MV um representante dos trabalhadores, explicando a desconvocação das acções de luta. A administração chefiada pelo diri-

gente do CDS, Pires de Lima, alegava a necessidade de despedir estes trabalhadores para dar sequência ao processo de reestruturação da empresa. A decisão já estava tomada e fora comunicada à Comissão de Trabalhadores a 28 de Novembro, depois de um ano de recusa da administração em reunir-se com os trabalhadores. A CT revelou que todos os processos de "reestruturação" na Unicer, com 1900 trabalhadores nas suas fileiras, iriam passar doravante por despedimentos colectivos, uma vez que a empresa já esgotara a sua quota de rescisões por "mútuo acordo", que só em 2006 ascendera aos 400 trabalhadores. A intenção, disse o



Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos de Portugal (Sintab), era agora substituir os 18 trabalhadores efectivos por trabalhadores precários. **Rui Pereira**

Fiães**Trabalhadores reclamam frente à casa do patrão**

Empresa foi encerrada em Junho sem pagar indemnizações

Segundo noticia o jornal *Terras da Feira* de 17 de Dezembro, os trabalhadores da corticeira "Moisés Alves de Sousa & Filhos", de Fiães, concentraram-se no dia 14 em frente da casa do patrão reclamando o pagamento de indemnizações pelo encerramento da empresa. A corticeira foi fechada em Junho sem que a situação dos trabalhadores ficasse resolvida, apesar das promessas do patrão

de que tencionava pagar as indemnizações.

Precisamente porque nada disto foi cumprido, já lá vão mais de seis meses, os trabalhadores tomaram a decisão de fazer a concentração, empunhando cartazes onde se podia ler "De promessas está o mundo cheio" ou "Que Natal vamos ter nós?". O patrão não se dispôs a receber os trabalhadores, mas entretanto foi dizendo que declarara



a empresa insolvente e que aguarda a nomeação de um administrador de falência.

Ainda de acordo com o jornal *Terras da Feira*, o Sindicato dos Operários Corticeiros do Norte afirmou-se disponível para apoiar os trabalhadores na reclamação sobre os seus direitos.

Concerto de Natal em três andamentos

A Ordem dos Médicos resiste a aplicar a lei sobre o aborto. Cavaco pergunta o que é preciso fazer para nascerem mais crianças em Portugal. Portas propõe a Cavaco medidas para incentivo da natalidade. O governo liquida os serviços sociais do Estado com o argumento de poupar dinheiro. Cavaco elogia a caridade privada e pede apoios (facilidades e dinheiro) do Estado para as instituições particulares ditas de "solidariedade social".

Os patrões negam-se a actualizar o salário mínimo nacional se não puderem despedir mais gente e exigem a revisão da Constituição. O PSD e o CDS

fazem coro com o patronato para a mudança da Constituição. A comissão do Livro Branco para a alteração das leis laborais, nomeada pelo governo, propõe a facilitação dos despedimentos e a remoção dos "obstáculos" constitucionais.

O PS e o PSD acordaram em rever a lei das eleições autárquicas para ganharem facilmente maiorias e dividirem entre si as Câmaras e as Juntas de Freguesia. O PS e o PSD aprovaram legislação que elimina os pequenos partidos segundo a regra do mínimo de 5 mil militantes. Seguir-se-á, muito provavelmente, uma disposição legal que obrigue os pequenos partidos a demonstrar que têm mais de 5 mil militantes e a identificá-los um por um. Mas como a Constituição não o permite, aí estará mais uma razão para o bloco PS-PSD se pôr de acordo.

M. Raposo

Tanta gente sem casa

200 MIL FOGOS EM FALTA, 190 MIL DEGRADADOS E 500 MIL SUPERLOTADOS

A crise da habitação é crónica e afecta gerações sucessivas de famílias portuguesas.

A essas juntam-se agora os imigrantes, obrigados a viver em garagens, nos locais de trabalho ou em bairros de lata.

Um estudo elaborado pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa por encomenda do governo dá conta de que a falta de casas em Portugal se cifra em 200 mil fogos. Aeste défice acrescem ainda 190 mil fogos em mau estado, habitados, que necessitam de reparação.

Os males do parque habitacional não se ficam infelizmente por aqui. A sobrelotação de habitações atinge 500 mil fogos em todo o país. É uma realidade escondida de vistas mas das mais terríveis, que se traduz em modos de vida insuportáveis pela acumulação de pessoas (ou famílias diferentes) em espaços incapazes de satisfazer mínimos de conforto e de dignidade. O estudo, orientado por Nuno Portas, Augusto Mateus e Isabel Guerra, confirma carências que se arrastam há décadas sem solução. A partir deste diagnóstico, o objectivo anunciado do governo é preparar um, assim chamado, Plano Estratégico da Habitação, que conterà, segundo os propósitos oficiais, novas políticas públicas de habitação e regeneração urbana. Há, porém, todas as razões para desconfiar das medidas desse Plano.

A liquidação da política de habitação social levada a cabo, desde o final dos anos 60, pelo Fundo de Fomento da Habitação, foi iniciada por um ministro socialista, Eduardo Pereira, e teve como primeiro marco a extinção do FFH em meados dos anos 80. Acabou-se assim com um factor que limitava a entrada em força do capital privado na área da construção habitacional, ao ritmo e com a importância que hoje se conhecem. A habitação social então promovida pelo Estado tirava partido de terrenos baratos, expropriados por utilidade pública, e limitava em certa medida os custos de construção. Esta oferta pública retirava parte do mercado aos privados, uma vez que se dirigia não apenas a camadas populacionais com menos posses mas também

a uma gama larga de classes intermédias.

Com o fim da promoção directa de habitação pelo Estado e com a abertura do crédito para fins habitacionais a toda a banca, iniciou-se um período de ouro da finança, da construção civil e da especulação fundiária. E, correspondentemente, do endividamento das famílias portuguesas. Quem adquiriu casa própria tem hoje em média 32,2% dos seus rendimentos destinados às prestações do empréstimo. Mas esses ainda são os que podem beneficiar do crédito bancário. Pior é a situação dos que não têm possibilidade de acesso ao crédito e que o Estado deixou à sua sorte em nome dos interesses da aliança entre a banca e a construção civil.

Os anos de ouro parecem porém estar a chegar ao fim. O sinal dado pela crise do crédito de risco norte-americano é um toque de clarim. O terreno da crise está preparado, também entre nós. Hoje, no país (não obstante as carências referidas, o que mostra bem a irracionalidade do sistema), há um largo excesso de construção nova não vendável. Ao mesmo tempo, acentua-se a degradação do património mais antigo, que se vai tornando um capital cada vez mais desvalorizado. É por este facto que, nos últimos anos, os alertas dos entendidos vão no sentido de tentar direccionar os investimentos para a recuperação do património degradado e não para aumentar mais o parque, já saturado, da construção nova. Daí, também, o acento posto pelo governo na "regeneração urbana", de que as Sociedades de Renovação Urbana são instrumentos já em marcha.

Esperemos pelo Plano, que estará pronto lá para Março. Mas nada aponta no sentido de responder às necessidades dos 20% de portugueses que não podem ter casa sem apoio público. Nem dos que vivem em meio milhão de fogos superlotados. Nem dos que ocupam 190 mil casas degradadas. Pela razão simples de não serem "solventes".



Artigo 65, um direito só no papel

Consagrado em artigo da Constituição, o Direito à Habitação implicaria a definição de regras de ocupação, uso e transformação dos solos urbanos, e de obrigações por parte do Estado, de acordo com as necessidades da maioria da população.

Ao contrário disso, são os interesses da propriedade privada e do capital que prevalecem. O "mercado" coloca em confronto directo o direito de propriedade e a dignidade humana. De acordo com o Censo de 2001, quase um milhão de fogos em Portugal não têm água canalizada, esgotos, electricidade e instalações sanitárias.

Reportando a 2005, o relatório anual do Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia (EUCM) apontou a habitação como a principal fonte de discriminação dos imigrantes em Portugal. Os estrangeiros são obrigados a viver "em garagens, no local de trabalho ou nos bairros de lata dos grandes centros urbanos", situação que faz emergir um mercado de arrendamento paralelo.

Plataforma Artigo 65

Organização formada em Março 2006, na sequência de demolições que, nos distritos de Lisboa e Setúbal, deixaram dezenas de pessoas sem casa. Integra um conjunto de associações que tem vindo a exigir dos poderes públicos uma Política Social de Habitação perante uma realidade que exclui milhares de famílias do

Diz a Constituição

Artigo 65.º - Habitação e urbanismo

1. Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

A actividade de associações de moradores desfavorecidos multiplica-se na Europa, Canadá, Brasil e Japão. Por vezes criadas através da Internet, reúnem em assembleias abertas e manifestam-se na rua

Espanha

Actualmente com uma quinzena de assembleias que coordenam esforços de luta nas principais cidades de Espanha, «V de Vivienda» é um movimento de protesto nas ruas por uma habitação digna e contra a precariedade, organizado na sequência de repressão violenta por parte das autoridades públicas em alguns locais.

<http://www.vdevivienda.net/>

França

Hoje uma federação de 30 comissões de todo o país, a Associação «DAL – Droit au Logement» nasceu em 1990 em Paris, quando 48 famílias foram obrigadas a “acampar” durante 4 meses por terem sido expulsas dos edifícios que tinham ocupado até serem realojadas em resultado de uma forte mobilização mediática e de um largo apoio popular, sindical e partidário.

A sua carta de fundação sublinha que a crise da habitação se agrava com o desemprego e a desigualdade social; gera a exclusão massiva de milhões de fogos, em particular nos grandes centros urbanos, em razão da renovação urbana, do desaparecimento da habitação acessível aos baixos rendimentos, das políticas selectivas de acesso à habitação social e do desinvestimento do Estado. Esta situação traduz um paradoxo, porquanto nunca existiram tantos fogos vagos, tanta riqueza e tanta capacidade de construir habitação de boa qualidade.

<http://www.globenet.org/dal/>

Acampar no passeio

Dezenas de famílias ocupam os passeios da “rue de la Banque” (Paris), em Novembro-Dezembro de 2007. São famílias em situação regular, com emprego e crianças escolarizadas, que vivem em quartos minúsculos. São “desalojadas” pela polícia três vezes, com episódios de detenções e a apreensão das 250 tendas disponibilizadas pela «DAL». Mantêm o acampamento para reclamar uma habitação decente. A 14 de Dezembro é assinado um acordo que obriga ao realojamento das 374 famílias (1.500 pessoas, onde se contam 900 crianças) pelo Estado no prazo de um ano.



Yann Le Behec/www.grands-reporters.com



acesso a uma habitação condigna. Em Outubro 2007, a «Plataforma» entregou na Assembleia da República uma petição, subscrita por mais de 4 mil cidadãos, reclamando que os processos de reabilitação urbana tenham em consideração as necessidades sociais, através da participação das organizações de moradores, da criação de uma regulação pública do mercado imobiliário e da punição efectiva da especulação.

Porta 65 fechada

Os sucessivos governos PS/PSD acabaram com o Incentivo ao Arrendamento Jovem, facultado entre 1992 e 2007, e substituíram-no pelo Programa «Porta 65 Jovem» que afirma ter por objectivo “estimular estilos de vida mais autónomos” entre os jovens e, sobretudo, “dinamizar o mercado da habitação”. Mas o “mercado” não dispõe de oferta que cumpra as condições impostas pelo «Porta 65» que introduz dificuldades de acesso ao incentivo estabelecendo rendas máximas muito abaixo das praticadas no mercado e reduzindo as verbas atribuídas, a duração do apoio e o número de beneficiários. Ao contrário do que é anunciado pelo governo, é possível prever o abandono e a degradação dos centros urbanos; o aumento da precariedade na situação dos jovens, com a diminuição da sua qualidade de vida e um entrave à sua autonomia; e o favorecimento de um relacionamento arrendatário/senhorio comprometido por falsos contratos de arrendamento abaixo do valor real das rendas.

«Porta 65 fechada» contesta este modelo de incentivo e, em conjunto com a «Plataforma», organizou acções de sensibilização em Lisboa, Porto e Coimbra, a 20 de Dezembro 2007.



Brasil

O «Movimento Nacional de Luta pela Moradia» surge em 1991, tendo por principal objectivo a “Reforma Urbana”. No Brasil, entre 1930 e o início do século XXI a proporção dos 80% de habitantes que então era rural é hoje urbana. A luta do MNLM é contra a concentração e

especulação imobiliária; pela regularização fundiária e contra os despejos; pela participação das pessoas na construção da nova cidade; pela preservação ambiental; pela formação de cooperativas ou trabalhos colectivos; pelo planeamento urbanístico e saneamento e pelo acesso a saúde e educação pública.

Presente em 14 estados e independente de partidos políticos, mobiliza populações desfavorecidas congregando cerca de 250 mil famílias carentes onde são recrutados os seus dirigentes.

<http://www.mnlm.org.br/>

O «Movimento dos Trabalhadores Sem Teto» surgiu, no final da década de 90, saído do «Movimento dos (Trabalhadores Rurais) Sem Terra» que entende que a maioria do povo pobre vive na cidade e com dois problemas maiores, Habitação e Trabalho. Juntando as duas lutas sob uma mesma bandeira organiza-se com o compromisso de lutar ao lado dos excluídos urbanos. O lema dos MTST é «Ocupar! Resistir para morar!», que reflecte as suas duas principais formas de luta: a ocupação de grandes terrenos vazios na cidade e o trabalho comunitário, porque para enfrentar a sociedade capitalista a resistência tem de estar organizada.

<http://www.mtst.info/>

Com o apoio dos metalúrgicos estadunidenses

Mineiros mexicanos entram no quinto mês seguido de greve

Estão em greve há cinco meses os 1.200 operários da Mina de Cobre de Cananea (Sonora, México), a maior mina de cobre do México e uma das maiores do mundo. O Sindicato dos Trabalhadores das Minas e da Metalurgia, que os representa, reivindica o respeito pelas condições de saúde e de segurança na mina. Cananea tem um longa história de lutas laborais, entre as quais se destacam a greve de 1906 que contribuiu para desencadear a Revolução Mexicana e uma greve muito dura em 1999 que terminou com a derrota dos trabalhadores.

A maior parte do cobre extraído na mina é exportado para os Estados Unidos, onde é utilizado na indústria de equipamentos electrónicos.

Entre 6 e 8 de Outubro passado, uma delegação de profissionais de saúde dos dois países, organizada pelo Sindicato Unido dos Trabalhadores do Aço (EUA) e pela Rede de Apoio e Segurança Sanitária da Maquiladora (México), visitou o local a convite dos trabalhadores de Cananea. O relatório resultante, publicado em 12 de Novembro, denuncia sérios riscos laborais e uma negligência deliberada quanto



às precauções de segurança por parte do Grupo Mexico SA, proprietário da mina. A greve na Cananea vem no seguimento de uma explosão, em Fevereiro de 2006, numa outra mina do Grupo Mexico SA, que matou 65 mineiros. **José Mario Branco**

BREVES

Acordo Irão-China

O Irão assinou com a empresa petrolífera chinesa Sinopec um contrato no valor de 2 mil milhões de dólares (cerca de 1.500 milhões de euros) para desenvolvimento do campo petrolífero de Yadaravan, com uma capacidade de 3,2 mil milhões de barris (44 vezes a actual produção diária mundial). O Irão aproveita assim a concorrência entre as potências mundiais para defender o melhor que pode os seus interesses e, sobretudo, aliviar a pressão exercida pelos EUA.

África em disputa

Mais um dado para se avaliar a corrida à África desencadeada pelas potências imperialistas.

Uma semana antes da cimeira de Lisboa, o comandante (um general norte-americano) da Africom, uma espécie de Nato para a África, organizada pelos EUA, foi recebido em Luanda pelo presidente angolano José Eduardo dos Santos.

A pretexto da "estabilidade e segurança" da África, os norte-americanos instalaram já este dispositivo militar em Angola, em S. Tomé e no Gabão. Não só Angola e S. Tomé, como a Nigéria e boa parte do golfo da Guiné possuem consideráveis reservas de petróleo que abastecem os EUA.

Um objectivo na vida

Um milionário letão tornou realidade a proposta da revista "Privata Dzive" de providenciar a um mendigo "um dia no paraíso". O contemplado foi levado a um salão de beleza e dali à casa do milionário, onde pôde vestir camisas de 416 euros, fumar charutos, saborear bebidas finas, nadar na piscina e jogar bilhar. A revista espera que, com esta visita, Alexander Kuleshov, alcoólico e sem emprego, passe a ter "um objectivo na vida"!...

III Encontro dos Povos Zapatistas com os Povos do Mundo

O Exército Zapatista de Libertação Nacional, grupo armado de indígenas localizados no sudeste do México, deu início no dia 28 de Dezembro ao *III Encontro dos Povos Zapatistas com os Povos do Mundo*, destinado a discutir especificamente a condição das mulheres zapatistas e das mulheres no mundo.

Em análise, também, entre outros temas, experiências de autonomia e autogestão que já contabilizam 14 anos ininterruptos.

Nestes três encontros, os zapatistas têm se reunido com pessoas e organizações de várias partes do mundo para realizarem um debate aberto e amplo sobre as experiências de luta de cada movimento. O objectivo é apresentar propostas de luta contra o capitalismo e criar um programa nacional e internacional, por meio da organização e criação de outras formas de pensar e efectivar a vida de maneira realmente democrática, partindo dos que se encontram nos postos mais baixos da organização social. O *III Encontro* irá tratar do desenvolvimento da luta das mulheres dentro dos «pueblos» e das regiões zapatistas, bem como de variadas partes do mundo. Ainda que esta seja uma experiência em que falta



muito a fazer, as zapatistas irão discutir como se organizaram para efectivar seus direitos, como sustentam suas lutas e quais as responsabilidades e mudanças conquistadas, inclusive dentro de suas próprias casas, escolas e territórios.

Além do facto de serem indígenas em franca resistência contra o capitalismo, a discutirem questões de género numa sociedade extremamente hierarquizada de forma patriarcal, é interessante perceber que esses insurgentes já efectivam uma reconstrução do poder social em escala local. Os

zapatistas se interrogam de como fazê-lo em conjunto com uma ampla rede de sectores subalternos em rebeldia no México e no mundo. Precisamente aqueles que mantêm distância em relação ao Estado e às elites políticas, não jogando ilusões nas eleições institucionais, mas apostando na organização autónoma dos de baixo, dos trabalhadores em resistência.

Alexander Hilsenbeck Filho

Informações sobre o *III Encontro dos Povos Zapatistas com os Povos do Mundo*:
<http://zeztainternazio.nal.ezln.org.mx/>
<http://chiapas.indymedia.org/>

BREVES

Guerra química e biológica

No seu relatório anual, o Pentágono confirma estar a preparar ensaios com armas químicas e biológicas a céu aberto, em violação das convenções internacionais, revelou o professor Francis Boyle, especialista de referência na matéria.

Tem-se o pior, tanto mais que, no passado, o exército dos Estados Unidos já procedera a este tipo de experiências em grandes cidades estadunidenses sem conhecimento da população. (RINF Alternative News / Tribunal-Iraque)

Mercenários no Iraque

Uma empresa britânica de mercenários a actuar em Baçorá, Iraque, guardou para si informações secretas, consideradas vitais, que deveria transmitir ao exército britânico, diz o jornal *The Guardian*. Um operacional da ArmorGroup disse mesmo que tinham ordens para não passar as informações aos militares. A segunda maior força ocupante no Iraque (os mercenários) pode começar a ter interesses políticos próprios, e a actuar de acordo com eles.

Itália: greve dos camionistas

O governo italiano (centro-esquerda) declarou ilegal a greve dos camionistas que decorreu de 10 a 14 de Dezembro e decretou a requisição civil e a desocupação das estradas. Mas os camionistas não obedeceram e declararam ilegais as medidas do governo. Não só o tráfego nas estradas foi grandemente afectado por milhares de camiões parados, como a distribuição de combustíveis foi rareando porque grande parte deles eram camiões-cisterna. Os camionistas disseram não se deixarem assustar por ameaças de intervenção policial.

Tratado europeu

A euro-impostura, ou a forma de eliminar democraticamente o povo

“Eles vêm não sei de onde para nos fazer andar a pé” (morador em Belém, de 75 anos, perante as alterações ao trânsito provocadas pela assinatura do Tratado nos Jerónimos)

À classe dos eurocratas não interessa que haja um debate político e um espaço público europeus que aproximem os cidadãos, esclarecendo-os, interessando-os e implicando-os nas questões europeias. Os povos estão afastados dos assuntos da Europa porque, deliberadamente, deles são afastados.

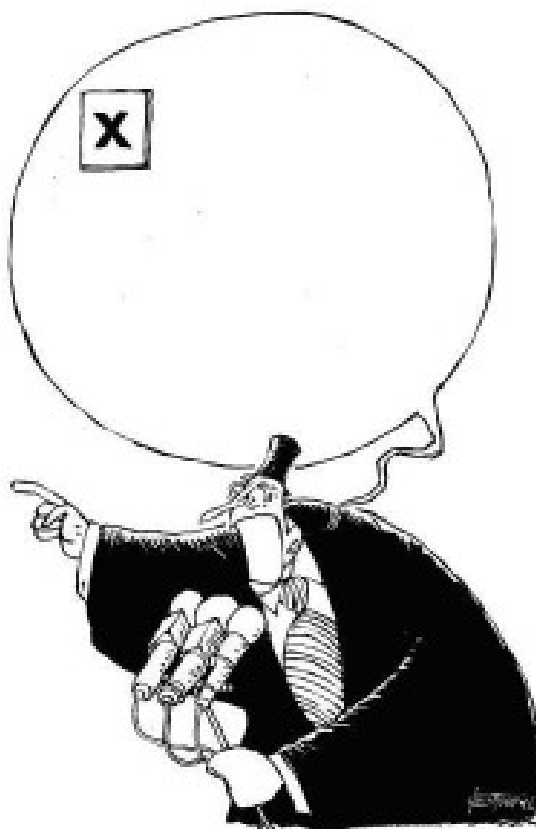
Nesse sentido, vão criando instâncias que lhes permitem exercer o poder à revelia da opinião e da vontade popular. Mas o desinteresse das populações tira-lhes legitimidade, e isso preocupa-os. Para manterem a ilusão de democracia têm de conseguir que os cidadãos aceitem as medidas que vão tomando. Assim apareceu a Constituição Europeia. Para levar os povos a legitimar instituições que governam longe deles e cada vez mais contra eles.

Mas como, mesmo assim, as populações se manifestaram contra a Constituição, os gestores da Europa tiveram de dar um novo passo na euro-impostura. Reeditaram a Constituição em forma de Tratado, usando a *forma* para afastar “democraticamente” os cidadãos. Porque o Tratado é para ser lido,

compreendido, discutido por especialistas. Cabe perguntar: especialistas em quê? Ouçamos um “especialista”: “O Tratado é muito confuso, complexo de mais. O que interessa agora é que seja aprovado. Ele é um passo em frente. Exigir o referendo é uma forma de bombardear o Tratado que ainda não foi explicado, até porque é difícil fazê-lo” (Mário Soares).

Nem toda a propaganda consegue esconder o total desprezo pelas pessoas que isto revela. O referendo serviria, pelo menos, para tornar clara a obscuridade em que se vai unificando a minoria que governa a Europa. E para tornar claro que os povos não podem entregar os seus destinos nas mãos de quem por eles tanto desprezo manifesta.

M. Gouveia



Irão deixa de vender petróleo em dólares

O Irão decidiu deixar de vender o seu petróleo a troco de dólares norte-americanos, passando a transaccioná-lo por outras divisas. O dólar dos EUA é ainda a principal moeda para as transacções internacionais de petróleo – hegemonia essa mantida cada vez mais à custa do poderio militar. Mas a continuada quebra de valor que tem sofrido face ao euro (e mesmo em relação a outras moedas) faz com que os países exportadores de petróleo percam dinheiro. O Irão (quarto produtor mundial)

propôs aos outros parceiros exportadores diversificar a venda de crude por outras moedas, tendo tido, até agora, apenas o apoio da Venezuela. Mas é possível que outros sigam atrás se a medida vingar.

Em 2002 o Iraque tomou a mesma decisão que os iranianos agora tomaram, facto que acelerou os preparativos de invasão por parte dos EUA. Os norte-americanos temem, ontem como hoje, perder influência nos mercados se se verificar que decisões desta

espécie produzem um efeito de dominó em vários países – e a respeito não apenas do petróleo mas também de outras trocas internacionais em que o dólar tem ainda grande peso.

Uma redução drástica do uso do dólar como moeda internacional poderia significar um colapso da economia norte-americana, que é hoje, na verdade, uma economia fraca, dependente em grande medida da preponderância do dólar com meio de pagamento.

M. Raposo

Os seguranças

Em qualquer corredor, à saída de qualquer elevador, junto a qualquer porta, deparamos com eles, biceps grandiosos, boina à banda e óculos espelhados, “os seguranças”. O seu crescimento acelerado é um dos traços distintivos do aparelho repressivo actual.

Nos meados da década de 1980 as despesas de segurança privada ascendiam nos Estados Unidos a 22.000 milhões de dólares por ano, enquanto se limitavam a 14.000 milhões de dólares por ano as despesas públicas de policiamento, e as cifras correspondentes eram 90.000 milhões de dólares e 40.000 milhões de dólares nos meados da década de 1990. As cerca de 10.000 empresas de segurança privadas existentes nos Estados Unidos nos meados da década de 1980 ocupavam mais de um milhão de pessoas, aproximadamente o dobro das empregues pelas polícias oficiais; dez anos mais tarde o número de agentes de segurança privados constituía já cerca do triplo do número de polícias, montando a mais de um milhão e meio.

Praticamente por todo o mundo passou a haver mais agentes de segurança privados do que membros da polícia. Em 1997, no Canadá e na Austrália os efectivos

Um dos traços do aparelho repressivo actual é o crescimento acelerado das seguranças privadas

da segurança privada correspondiam ao dobro dos da polícia oficial, enquanto na Rússia se tinham tornado pelo menos dez vezes superiores. No Reino Unido existiam cerca de 80.000 agentes de segurança privados em 1971, o seu número ultrapassou o dos polícias oficiais nos meados da década de 1980, e em 1997 contavam-se 300.000, o que correspondia a cerca do dobro dos efectivos da polícia oficial.

Estes são os que vemos, mas há ainda os que nos vêm a nós sem que nós os vejamos a eles. As câmaras de vigilância electrónica são hoje um componente tão usual da paisagem urbana que apesar dos letreiros que apelam para sorrir – por que não rir! – já quase não damos por elas. Muitos destes dispositivos, dentro das lojas, por exemplo, são directamente ope-

rados por firmas de segurança privadas, mas como em numerosos países, se não mesmo em todos, as polícias oficiais subcontratam uma grande parte da fiscalização electrónica que está a seu cargo, o papel desempenhado pelas firmas privadas torna-se ainda mais considerável.

Além disso, existem países onde as firmas privadas passaram da recolha passiva de informação para a recolha activa, ou seja, dando às coisas os verdadeiros nomes, para a tortura. Depois do escândalo mundial provocado pelos maus tratos que os carcereiros norte-americanos infligiram a muitos presos no Iraque, o governo dos Estados Unidos decidiu subcontratar os interrogatórios, já que as empresas de segurança privadas não obedecem às convenções de Genebra, nem aliás a convenções algumas.

De vez em quando os jornais noticiam que, num ou noutro país, deputados ou representantes de partidos da oposição defendem a criação de órgãos para fiscalizar a actuação da polícia e dos serviços de informação e proteger os cidadãos da curiosidade excessiva das forças de segurança públicas. Pois, pois. E quem nos protege das privadas?

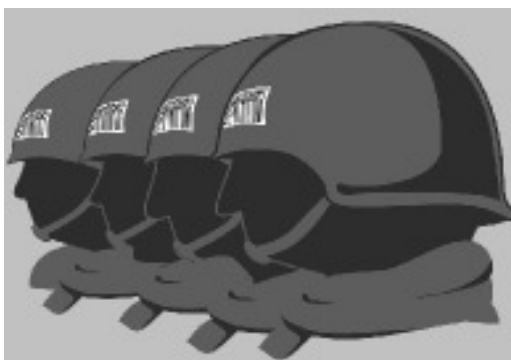
João Bernardo

Um paraíso de mercenários

O arquipélago de Fiji fica situado no Oceano Pacífico, ao norte da Nova Zelândia e a leste da Austrália. Pelas fotografias é um daqueles paraísos das agências turísticas, areia branca, coqueiros, sereno mar azul, montanhas verdes, senhoras com flores no cabelo e cavalheiros atléticos.

Quando as autoridades britânicas abandonaram o arquipélago e o país se tornou independente, em 1970, as forças militares montavam a cerca de 200 homens, mas a participação nas operações de paz – são assim chamadas, não sou eu que lhes chamo – no Líbano e no Sinai implicaram que em quinze anos os efectivos militares de Fiji aumentassem dez vezes. Desde a independência, este país com menos de um milhão de habitantes já enviou entre 20.000 e 25.000 homens para as missões militares da ONU. Além disso, um bom número de antigos militares exerce funções em algumas das empresas de mercenários que constituem hoje a segunda maior força de ocupação no Iraque. E assim um exército que antes não tinha qualquer expressão transformou-se na principal instituição do país.

Em 1987 ocorreram em Fiji dois golpes militares e em



2000 um esquadrão de elite apoiou uma tentativa fracassada de golpe de Estado, mas desde o final de 2006, após novo golpe, desta vez com êxito, o país tem vivido sob um regime militar. E as ameaças da União Europeia de decretar sanções económicas têm pouca eficácia quando se sabe que a participação nas missões militares da ONU é uma importante fonte de rendimentos, não só para o orçamento de Fiji mas também, o que neste caso não é de desprezar, para os bolsos dos militares.

De onde concluo que operações de paz no estrangeiro podem converter-se em operações de guerra dentro de um país.

João Bernardo

BREVES

Greve nos aeroportos britânicos

Os aeroportos britânicos podem encerrar em consequência de greves anunciadas para 7, 14 e 17 de Janeiro por terem falhado as negociações salariais entre a companhia aérea BAA e o Unite, o maior sindicato da Grã-Bretanha. As paralisações – que envolvem sectores cruciais como bombeiros, trabalhadores da segurança e da manutenção – serão de 24 horas nos dois primeiros dias e de 48 no terceiro. Só os aeroportos de Heathrow e Gatwick, que servem Londres, movimentam diariamente 278 mil passageiros. Mas a paralisação atingirá mais 5 aeroportos desde o sul da Inglaterra à Escócia.

Urânio empobrecido

A Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou uma resolução que exprime preocupação com os “efeitos do uso de armas e munições com urânio empobrecido” e decide incluir o tema na sua agenda de 2008. A resolução foi adoptada por 136 votos, contra 5 (EUA, Israel, Reino Unido, Holanda e República Checa) e 36 abstenções, entre estas a de Portugal. A França, que antes votara contra, não participou na votação. O governo de Sócrates ignorou, assim, as posições dos portugueses que lhe exigiam a modificação do sentido de voto. (Ver apelo do Tribunal-Iraque em www.tribunaliraque.info)

Democracia suíça

O grupo antimilitarista “Exército de Palhaços” infiltrou-se numa parada militar em Lugano (Suíça) provocando riso na população e fúria nas forças repressivas. Onze deles foram presos. A polícia carregou também sobre os habitantes que, frente a uma esquadra, exigiam a libertação dos palhaços.

OPINIÃO

Kosovo

A história actual do Kosovo começa em 1991. A então Jugoslávia resistia à expansão da União Europeia. A Alemanha alimentou o separatismo das repúblicas do norte da federação jugoslava: a Eslovénia e a Croácia. Quando as tropas federais foram enviadas para defender a unidade do país, o Ocidente levantou o fantasma da “Grande Sérvia” e a guerra estalou.

Eslovenos e croatas, apoiados militarmente pela Alemanha, declaram independência e são imediatamente reconhecidos pelo governo de Kohl. A UE, dividida, cede ao facto consumado. Acto contínuo, a guerra alastra à Bósnia com o mesmo resultado.

A Jugoslávia vai sendo cortada às fatias e os novos países tomam-se presas da UE.

OS EUA decidem intervir quando vêem que a Alemanha ganha novos territórios de expansão económica, para mais com importância militar dado o acesso directo ao Mediterrâneo. Tomam então conta da Albânia, cujo regime ajudam a derrubar; e da Macedónia, outra das repúblicas jugoslavas. Ai instalam bases militares que fecham a sul os Balcãs.

O passo seguinte, já de iniciativa conjunta UE-EUA, foi forjar a independência do Kosovo, uma província da Sérvia, fronteira da Albânia, e cuja população de origem albanesa se tornou maioritária. Apoiaram bandos de terroristas e traficantes de droga, como o UÇK, guindando-os à categoria de forças patrióticas, e bombardearam a Sérvia. A pretexto de impor a paz, ocuparam o Kosovo com tropas da Nato subtraindo-o à soberania da república da Sérvia. A missão da Nato, em que participam tropas portuguesas, foi consumir a separação e preparar o terreno para a independência.

É este acto final de desmembramento da Jugoslávia que está em curso. A “nação kosovar” interessa ao imperialismo europeu ou norte-americano como mero instrumento – tal como não lhes interessam os direitos nacionais, por exemplo, dos bascos ou dos norte-irlandeses.

M. Raposo

Palestina

Duas conferências para liquidar a resistência

Israel pretende a ocupação permanente dos territórios palestinos

Duas conferências recentes ilustram quanto os direitos mais elementares do povo palestino são espezinhados por uma “comunidade internacional” que apregoa os direitos humanos, a democracia e a liberdade. Uma, em Annapolis (EUA), promovida por Condoleeza Rice, para amarrar o presidente palestino, Mahmud Abbas, à sua actual e consentida condição de pau-mandado. A segunda, em Paris, à laia de prémio de bom comportamento, reuniu 87 países e organizações “doadores”, entre os quais Portugal, para criarem condições para o êxito da primeira: encher os bolsos de uma minoria palestina corrupta e alimentar a impostura da “ajuda ao povo palestino”.

A Conferência de Annapolis – como explica Jeff Halper no *counterpunch.org* – insere-se na “estratégia israelita para a ocupação permanente”. Vejam-se as condições prévias de Israel para a realização desta conferência, aceites por Abbas. Primeira: reformular a condição de não implantar novos colonatos israelitas nos territórios ilegalmente ocupados - reduzindo os territórios a negociar de 22% para

15% da Cisjordânia, com a sua divisão em enclaves isolados. Segunda: não basta o reconhecimento do Estado de Israel; exigem o reconhecimento de Israel como “Estado Judaico”, o que oficializa a condição de cidadãos de segunda para os árabes israelitas



(20% da população) ou, como recentemente afirmou a ministra sionista dos Negócios Estrangeiros, a sua expulsão “de Israel para a Palestina”. Terceira: é indiscutível o estatuto judaico de Jerusalém e de uma ampla zona em volta, o que se sabe ser inaceitável para os palestinos. Quarta: “aplicação adiada” – qualquer acordo resultante desta “negociação” só será aplicado após completa cessação de qualquer forma de resistência por parte dos palestinos!

A resposta a esta indignidade foram manifestações de repúdio em todas

as cidades palestinas, na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, duramente reprimidas pela polícia de Mahmud Abbas.

A Conferência Internacional de Doadores, conduzida pelas grandes potências ocidentais (e pela ONU), premiou Abbas e a sua «clique» com 5.100 milhões de euros, metade dos quais já em 2008. O que, em vez de resolver os gravíssimos problemas do povo palestino, irá reforçar o poder da mini-oligarquia, comandada pelo primeiro-ministro Fayyad, amigo dos EUA. E a maior parte desse dinheiro acabará em Israel, pois servirá para comprar produtos de

primeira necessidade por ela fornecidos. Além de que o reforço do regime de Abbas pretende retirar legitimidade ao Hamas, vencedor das últimas eleições e que mantém o controlo na Faixa de Gaza, abrindo caminho aos tanques e aos mísseis israelitas para novos massacres.

Os factos passados no terreno falam por si. Alguns dados sobre as consequências humanitárias do bloqueio israelita a Gaza apontados na caixa em baixo dão conta das barbaridades cometidas.

José Mário Branco

Factos sobre o bloqueio a Gaza

Para falarmos de factos, eis algumas das consequências do bloqueio israelita à Faixa de Gaza, segundo o Comité Popular Contra o Cerco de Gaza (www.freegaza.ps).

6 meses com os postos fronteiriços e as fronteiras bloqueados por Israel

52 doentes mortos devido ao bloqueio

322 doentes em grave perigo de vida, necessitando tratamento urgente

1.562 doentes precisando de tratamento urgente fora de Gaza

470 doentes de cancro condenados a morrer sem tratamentos

136 máquinas hospitalares bloqueadas ou avariadas

97 tipos de medicamentos em vias de perder a validade

107 medicamentos básicos retidos ou sem validade

85% da população abaixo do limiar da pobreza

650 dólares de rendimento anual per capita

22 organismos financeiros com actividade suspensa devido ao cerco

160 mil trabalhadores desempregados

67 mil empregados fabris sem emprego

25 mil operários têxteis sem trabalho

4.500 cultivadores de morangos sem trabalho

3 mil pescadores sem trabalho devido ao cerco

96% das fábricas fechadas

100% das fábricas têxteis fechadas

65% dos empregos no comércio extintos

20 a 30 camiões de transporte de alimentos, em vez dos 300 antes existentes

58 milhões de dólares perdidos pelas 570 oficinas de marcenaria fechadas

55 milhões de dólares de perdas no sector agrícola

120 milhões de dólares de perdas no sector industrial

52 milhões de dólares de perdas no sector têxtil

14 milhões de dólares de perdas do sector de produção de morangos e de flores

370 milhões de dólares de perdas em obras paradas ou adiadas

Tem tudo, só falta o essencial

Censurado

Filme de Brian de Palma

Censurado (*Redacted*) conta a história de um grupo de soldados estadunidenses no Iraque, em operação na cidade de Samarra que, fartos de uma estranha rotina, mobilam o vazio com o desejo de morte que lhes meteram na cabeça. Simulando a utilização de imagens vídeo, de posts de blogues ou do YouTube, de câmaras de vigilância e dos *media* (cuja presença despropositada aqui denuncia a sua habitual ausência), o filme baseia-se num episódio real: os soldados voltam a uma casa onde tinham prendido supostos resistentes para violar uma jovem de 15 anos,

acabando por matá-la, bem como a toda a família. Um deles, que aspira a tirar um curso de cinema, filma tudo e depois é raptado em plena cidade, decapitado “em directo” e o corpo devolvido com a cabeça pousada em cima. Durante todo o filme, é patente a oposição surda da população, uma ameaça permanente que ronda os ocupantes. Mas o rapto e a decapitação do soldado-cameraman é o único acto concreto e visível que nos é dado como símbolo da resistência (se exceptuarmos a explosão de uma mina numa lixeira que, matando um sargento, desencadeia todo o processo). Ou seja, o filme ignora a realidade da resis-

tência, da sua organização e dos seus métodos de actuação.

Os resistentes iraquianos sempre têm recusado e denunciado os atentados terroristas e os barbarismos que lhes atribui a propaganda pró-ocupação: “A resistência vive e actua no seio da população, por ela protegida e ajudada. Os métodos terroristas são métodos de gente isolada e retrógrada, que só entrou no Iraque pela mão dos estadunidenses”.

É pena este buraco no filme. Porque é um filme empenhado e esclarecedor que engloba na sua acusação os *media* que nos contam outra história. Ficção, é a notícia. Real, é esta ficção.

José Mário Branco



Tele Visões

O prémio

Há concursos na TV em que se responde por telefone. Nunca respondi. Eles dão umas dicas, mas nem sempre as apanho. Depois, o preço das chamadas é a doer. Mas desta vez não resisti. Punham palavras no ecrã em que faltavam letras e a gente tinha de adivinhar. Era: A ALHAU À OMES DE À. Fácil. E sempre eram 5 mil euros de prémio! Fui para o telefone (agora é que fazia falta um sem fios). A mulher e os miúdos iam-me dizendo o que se passava no ecrã. Liguei, liguei. Sempre interrompido. Eu em ânsias. Já alguém respondeu?, perguntei. Não. Finalmente, fiquei em fila de espera. Olha, vai agora responder um. Não acertou! Insiste! Uma telefonista perguntou-me o nome e disse-me para aguardar. Quando fosse atendido pela apresentadora tinha de responder sem perder tempo. OK, entendido. Repeti para mim a frase duas, três vezes. Ouvi lá do fundo da sala a voz da apresentadora: Vamos agora entrar em linha com o nosso espectador senhor Eugénio Silva, que nos fala de Santarém. De Santarém? Querem ver que há outro Eugénio Silva em Santarém... Fiquei ainda mais nervoso. Afinal sempre era eu. Boa noite Eugénio, pronto para responder? Sim, sim, disse eu. Nervosíssimo. Ora então diga lá qual é a palavra - é fácil não é? Sim, sim. É bacalhau à... lagareiro. À lagareiro!? Ó Eugénio que pena, era tão fácil. Fiquei mudo, paralisado. E ela: Bom paciência, fica para a próxima, obrigado Eugénio pela sua participação, o que importa é participar. Só depois ouvi o vendaval que vinha da sala: ó homem, ó pai, onde é que tu foste buscar o lagareiro? Deixem-me! Não sei o que me passou pela cabeça, com o nervoso. Pronto, deixa lá homem, deixa lá pai, não ganhámos mas também não ficámos mais pobres. Ficámos, ficámos: vais ver quando chegar a conta do telefone. Ela bem dizia obrigado pela sua participação...
Eugénio Silva

200 anos de denúncia da escravatura

evocação na Fábrica Militar de Braço de Prata

No fim de semana de 8 e 9 de Dezembro, a Tertúlia Liberdade tomou a iniciativa de realizar uma sessão pública evocativa do fim da escravatura, que se iniciou há 200 anos. O evento, que decorreu nas instalações das livrarias *Ler Devagar* e *Eterno Retorno*, teve a colaboração graciosa dos artistas Maria das Graças e Pedro Mota na poesia, Chá Preto na Capoeira, José Mário Branco, Naidy Barreto, Tino Flores, Couple Coffee, Cantadores da Rusga e Kova.M.Most na música. Foi possível levar a cabo esta iniciativa também devido à colaboração de muitos amigos que se associaram ao evento.

Entendemos ser imperioso fazer esta abordagem num país em que a escravatura foi uma prática continuada, ignorada pelo poder actual. Dia 8, uma sala cheia dialogou com a mesa, coordenada pelo sociólogo António Soares, composta pelos historiadores Teresa Neves, Paulo Guimarães e o jovem LBC da Cova da Moura. Foram abordadas as questões da origem e consequências da escravatura e a situação actual de pauperização e dependência de muitos povos, pese o fim da escravatura.

No domingo decorreram as actividades lúdicas. Com poesia que



nos comoveu, o jantar africano com 106 pessoas, a capoeira do Brasil e a música carregando generosidade dos diferentes artistas.

Em Fevereiro será lançada uma

brochura com as diferentes comunicações da sessão. Convidamos os leitores a consultarem a página tertulialiberdade.blogspot.com

José Luís Félix

11 de Janeiro, 19h

O JORNALISMO POLÍTICO

E O MOVIMENTO SOCIAL

Biblioteca-Museu República e Resistência, Espaço Cidade Universitária, R. Alberto Sousa 10A, Lisboa

Apresentação do «MV» com os jornalistas Rui Pereira e Renato Teixeira, Manuel Raposo (redacção MV), moderada por João Mário Mascarenhas (director da BMRR). Tel. 217 802 760.

3 a 13 de Janeiro

Os Contos Cubanos de Andersen

Um grupo de crianças pede ao avô para fazer teatro e escolhem os contos mais conhecidos de Hans Christian Andersen em Cuba: O Patinho Feio, A Polegarzinha e O Fato Novo do Imperador, enquanto interpretam canções da Trova Tradicional de Cuba.

Fundada por Carlos Alberto Cremata Malberti (em 1990), "La Colmenita" é uma companhia de teatro infantil de Cuba que actua em 9 cidades portuguesas: 3 Jan, 21h, Aljustrel (Cine Oriental); 4 Jan, Alcochete; 5 Jan, 17h, Vila Nova de Santo André (Esc. Sec. P.e António Macedo); 6 Jan, 17h, Lisboa (Teatro A Barraca, Cinearte, Lg. de Santos 2, Tel. 213 965 360, entrada livre); 7 e 8 Jan, Vendas Novas (Auditório Municipal, Tel. 265 892 372, entrada livre); 9 e 10 Jan, Alandroal; 11 Jan, 22h, Guimarães (Grande Auditório do Centro Cultural Vila Flor, Av. D. Afonso Henriques 701, Tel. 253 424 700, €10/€7,50); 12 Jan, Moita; 13 Jan, Vila Real de Santo António.

10 de Janeiro a 17 de Fevereiro
A Floresta

Cornucópia/Teatro do Bairro Alto, R. Tenente Raul Cascais 1A, Lisboa

De Aleksandr Ostróvski (1871), a comédia traça o retrato de um grupo de personagens numa herdade russa do fim do século XIX; tudo gira em torno da tensão entre o dinheiro e a felicidade.

3.ª a sábado, 21h; domingo, 16h. Tel. 213 961 515 / 213 969 205.

www.teatro-cornucopia.pt
bilheteira@teatro-cornucopia.pt

11 de Janeiro, 21h30

Tempos DifíceisCinemateca Portuguesa, Sala Dr. Félix Ribeiro, Rua Barata Salgueiro 39, Lisboa
Terceira longa-metragem de João Botelho (1988, 95min), que adapta o romance homónimo de Charles Dickens à realidade portuguesa. O realizador e o arq. Raul Hestnes Ferreira comentam. Tel. 213 596 200.

19 de Janeiro, 21h

Festa Política OperáriaClube Oriental de Lisboa, Largo do Poço do Bispo
Fundada em Setembro de 1985, definiu-se no primeiro número como "revista política e teórica comunista" e com o propósito de "levar ao proletariado as ideias marxistas, combater o praticismo reformista que o domina e criar condições para a formação de um verdadeiro partido comunista operário em Portugal". Ao longo de 22 anos de publicação, a revista manteve-se fiel aos compromissos assumidos no seu Estatuto Editorial. A festa começa com um jantar no Restaurante Concha (Rua Amorim 7, no Poço do Bispo, Tel. 218 681 938) às 19h. Bilhetes para o espectáculo à venda nas lojas FNAC (€12).
www.politicooperaria.net

25 de Janeiro, 18h30

Comité Solidariedade PalestinaBMRR (dia 11)
Apresentação pública dos objectivos do colectivo (em actividade desde Julho 2007), aberto a todos os que defendam o fim da ocupação israelita na Palestina e que estejam solidários com a luta dos palestinos.
palestinavence@gmail.com

25 de Janeiro, 21h30

Longe da VistaCinemateca Portuguesa (dia 11)
Longa-metragem de João Mário Grilo (1998, 105min), um meticuloso retrato de um microcosmo prisional. Comentários do realizador e do arq. Nuno Portas.

Juventude em Marcha

Filme de Pedro Costa*Considerado pela Associação de Críticos de Cinema de Los Angeles como o melhor filme independente que estreou este ano nos EUA*

Ventura chegou a Portugal em 1972, vindo de Cabo Verde, para trabalhar nas obras. Um dos primeiros a construir uma barraca no bairro das Fontainhas, no subúrbio lisboeta, deambula agora entre o que resta do bairro e os apartamentos onde os habitantes estão a ser realojados.

Entre o passado e o presente, confronta-se com o fim do seu mundo: solidariedade e vida comunitária nas ruelas do bairro pobre e sujo, mas mais humanizado que a opressiva brancura das paredes sem pas-

sado das novas casas, mal construídas e mal planeadas, onde ele não se encontra nem encontra nada. Uma carta de Ventura "para mandar saudades", dita e redita ao longo do filme, é, para Pedro Costa, "um testamento moral e político, uma declaração de guerra".

Durante as filmagens, passando na

Avenida de Berna disse, referindo-se à estátua de Calouste Gulbenkian com a figura do deus Horus: "Fui eu que sentei ali o senhor Gulbenkian e o pinguim".

Passou três anos a trabalhar no jardim, nos esgotos, a assentar as lajes do Centro de Arte Moderna, mas, agora, o Segurança não o queria deixar entrar.



Com Pedro Costa, fez uma visita ao museu. Sendo-lhe pedido que escolhesse um quadro, apontou para «A fuga para o Egipto», de Rubens. No filme, "não é só o quadro que ele vê. Vê também o cimento da parede que o está a segurar e que ele se orgulha de ter construído".

M. Gouveia

A Senhora de Ofiúsa

Livro de Gabriela Morais, ed. Apenas Livros

Ofiúsa é um dos nomes antigos que designa o actual território português. Partindo de achados arqueológicos actuais, o livro descreve as aventuras de dois adolescentes de agora passadas na pré-história, dando vida a antepassados longínquos, em cenários reais como Lapedo, Escoural, Almendres e Águas Frias. Por seu intermédio, vamos ao encontro dos objectos, dos possíveis costumes e da identidade dos homens de então.

Para Manuel Calado, especialista em Megalitismo Alentejano, "a arqueologia precisa, para ser útil, que haja quem a descodifique e lhe dê poesia. E neste caso, isso foi feito". Uma obra que constitui um alerta para o perigo de desaparecimento



do património material e imaterial e que dá rosto a esta difícil área da História, tornando-a próxima, compreensível e quotidiana.

M. Gouveia

www.apenas-livros.com

Dê-nos conta de iniciativas que mereçam ser divulgadas. Escreva-nos, até meio do mês anterior à publicação, para: jornalmudardevida@gmail.com

É preciso fazer parar patrões e governo 2008: não vão faltar razões para lutar

O ano de 2007 terminou com a greve dos trabalhadores da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto (STCP), opondo-se ao impasse verificado nas negociações do Acordo de Empresa. Igualmente estão em greve os trabalhadores da recolha do lixo no Porto e em Lisboa. Mas, também contra as crescentes dificuldades no acesso à saúde, as populações de Anadia, de Vila Pouca de Aguiar, Alijó, Murça, Régua e Chaves estão em luta contra o encerramento de Urgências, de Blocos de Partos e de Serviços de Atendimento Permanente (SAP). Como estiveram ou estão lutando moradores de Silves, Almada e Sintra contra os traçados de muita alta tensão da REN, próximos das suas casas, locais de trabalho e de estudo. Já antes, os trabalhadores da Unicer, com a solidariedade dos trabalhadores de várias empresas do grupo, obrigaram a administração a recuar na tentativa de efectuar um despedimento colectivo, pretendendo substituir os trabalhadores efectivos por trabalha-

dores precários. Na Valorsul o apoio popular foi decisivo na continuação de uma dura luta por aumentos salariais (e sem redução do período de descanso entre turnos). Luta que se prolongou por oito dias, com a presença e intervenção das forças policiais. E, na Câmara de Lisboa, onde os trabalhadores da limpeza, pela sua unidade e mobilização, também fizeram recuar a administração. Ainda em Dezembro, as operárias da multinacional alemã Irskens, em Boim/Lousada, travaram um combate contra a saída do equipamento de produção da fábrica, encerrada sem qualquer pré-aviso. Do mesmo modo, os trabalhadores da empresa CTT Expresso estiveram em luta pelo início de negociações com a administração. Estes alguns exemplos de pequenas e grandes lutas que se desenvolveram ao longo dos últimos meses pela defesa dos direitos e interesses das classes trabalhadoras, dos utentes do Serviço Nacional de Saúde, dos moradores e das populações. Mas não podemos encerrar 2007 sem lembrar ainda, pela sua im-



portância, a greve unitária dos funcionários públicos, em 30 de Novembro, e a enorme manifestação que, em 18 de Outubro, trouxe 200 mil trabalhadores para as ruas de Lisboa, em luta contra a política do governo e a flexi-segurança. A ofensiva patronal e governamental vai prosseguir e intensificar-se em 2008, em ligação com o novo Código de Trabalho, a flexi-segurança e uma aplicação mais dura ainda das medidas de Bruxelas, tornando cada vez mais difícil a vida dos portugueses. É essencial acabar com as ilusões e o medo, exigindo-se de todos os explorados e oprimidos uma grande unidade, a generalização e aprofundamento das lutas. É preciso fazer parar esta gente.
Pedro Goulart

O desaire paquistanês

O assassinato de Benazir Buto é um novo desaire para a política dos EUA. A ditadura de Pervez Musharraf vai-se aproximando do fim no meio de uma profunda crise política e social, como sucedeu há anos com as ditaduras de Marcos, nas Filipinas, e de Suarto, na Indonésia - também elas apoiadas até à última pelos EUA. No Paquistão, Bush procurou um compromisso que salvasse tudo: o papel preponderante dos militares, a mão de ferro de Musharraf e as aparências de democratização trazidas por Benazir.

Uma engenharia complicada entregou a direcção das forças armadas ao chefe dos serviços secretos, manteve a presidência em Musharraf e preparava-se para entregar a chefia do governo a Benazir. O regime paquistanês sofre agora o revés de ter sido o principal apoio dos EUA para a ocupação do Afeganistão. O crescimento da resistência afegã vai a par com uma crescente agitação social no Paquistão, dadas as afinidades entre as populações dos dois lados da fronteira.

Perdido o principal ponto de apoio fora da ditadura, o caso torna-se altamente preocupante para o imperialismo: é que, para além da convulsão social que agita o país e torna incerta a saída política, o Paquistão tem armas nucleares - e uma mudança política incontrolada seria mais um pesadelo para os EUA. Estamos, pois, perante mais um exemplo em que a evolução dos acontecimentos produz efeitos contrários aos que o imperialismo pretendia obter. Toda a estratégia para domínio do Médio Oriente sai furada aos EUA, agora também no caso paquistanês.

MR

Pauzinho na eng^Renagem

Manuel da Palma

Já viste? A Europa organiza cimeiras com África, mas continua a dar com os pés nos Africanos que cá chegam.

Sabes, o pessoal gosta muito dos Africanos, acha-os muito giros, até dão umas belas fotos... mas só durante dois dias de vez em quando.

DITO

Quando pergunto se as pessoas têm fome, chamam-me santo. Quando pergunto porquê, chamam-me comunista.

Padre brasileiro